



Universidades Lusíada

Damião, Ana Mafalda

Relações Portugal/Espanha durante a Guerra Civil (1936-1939)

<http://hdl.handle.net/11067/7669>

Metadados

Data de Publicação	2005
Resumo	<p>Com este artigo pretendemos realizar uma síntese, com base na leitura de várias obras da historiografia peninsular, sobre as relações que o Governo Português manteve com Espanha, no período da Guerra Civil que se viveu neste país entre 1936-1939, e das consequências para Portugal ao nível governamental e social. São também focadas algumas alterações ao nível do Governo e da sociedade portuguesa que foram motivadas por esta guerra. O artigo procura, assim, fornecer uma abordagem essencialmente di...</p> <p>This article is a synthesis, based on readings in peninsular historiography, of the relations maintained by the Portuguese government with Spain during the period of the Spanish Civil War, 1936-139, and of the governmental and social consequences for Portugal. It also explores some of the changes in the government and society brought about by the war. The article seeks to provide an essentially didactic approach to the subject....</p>
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Portugal - Relações externas - 1933-1974, Espanha - Relações externas - 1931-1939, Portugal - Relações externas - Espanha, Espanha - Relações externas - Portugal, Espanha - História - Guerra civil, 1936-1939
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 02 (2005)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-22T13:35:13Z com informação proveniente do Repositório

**RELAÇÕES PORTUGAL/ESPANHA
DURANTE A GUERRA CIVIL (1936-1939)**

Ana Mafalda Damião

Resumo: Com este artigo pretendemos realizar uma síntese, com base na leitura de várias obras da historiografia peninsular, sobre as relações que o Governo Português manteve com Espanha, no período da Guerra Civil que se viveu neste país entre 1936-1939, e das consequências para Portugal ao nível governamental e social. São também focadas algumas alterações ao nível do Governo e da sociedade portuguesa que foram motivadas por esta guerra. O artigo procura, assim, fornecer uma abordagem essencialmente didáctica do assunto em apreço.

Palavras-chave: Estado Novo / Republicanismo / Política Externa / Aliança Luso-Britânica / Tratado Luso-Espanhol

Abstract: This article is a synthesis, based on readings in peninsular historiography, of the relations maintained by the Portuguese government with Spain during the period of the Spanish Civil War, 1936-1939, and of the governmental and social consequences for Portugal. It also explores some of the changes in the government and society brought about by the war. The article seeks to provide an essentially didactic approach to the subject.

Key-words: New State (*Estado Novo*) / Republicanism / foreign policy / Luso-Britannic alliance / Luso-Spanish treaty

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Portugal nos anos 30 e a Política Externa Salazarista
3. A II República Espanhola
4. A Guerra Civil de Espanha
5. O Pacto Peninsular ou Pacto Ibérico
6. Conclusão

1. Introdução

No dia 17 de Julho de 1936, dá-se uma sublevação militar em Marrocos¹, sob o comando do General Francisco Franco. A coluna militar comandada por este general tinha como objectivo marchar em direcção a Madrid através da Extremadura.

No dia seguinte, 18 de Julho de 1936, inicia-se a rebelião militar em Espanha, com a sublevação de alguns generais e oficiais superiores das Forças Armadas que, pretendiam derrubar a República instituída a 16 de Fevereiro do mesmo ano, com a vitória da Frente Popular nas eleições.

Esta rebelião acabou por se transformar numa guerra civil não só porque o pronunciamento militar não teve o sucesso esperado, como também pelo facto de a República distribuir armamento ao povo, o que lhe permitia continuar a lutar.

2. Portugal nos anos 30 e a Política Externa Salazarista

Os anos 30 representaram para Portugal um período de consolidação do regime salazarista². Nesta década foram implantados os grandes “alicerces” em que assentou o Estado Novo: Acto Colonial³, Constituição Política⁴, institucionalização do Estado Corporativo⁵, reformas administrativas e financeiras, reorganização da Força Policial, institucionalização da Polícia Política⁶ e da Censura⁷, criação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)⁸ e formação da União Nacional⁹.

¹ Então um protectorado de Espanha.

² Regime autoritário e conservador que era desejado pelas Forças Armadas e pelas classes dominantes.

³ Aprovado a 8 de Julho de 1930, pelo Decreto n.º 18570. O Acto Colonial subordinava todos os interesses da colónia à metrópole.

⁴ Aprovada em plebiscito em 1933. Apesar da Constituição garantir os direitos individuais, enunciava ao mesmo tempo as leis que regulamentariam a liberdade de pensamento, do ensino, de reunião e de associação. Estas leis eram justificadas como uma forma de salvaguardar a integridade moral dos cidadãos.

⁵ O Estatuto do Trabalho Nacional seria publicado em 1933. Com este sistema, o governo pretendia a representação de todos os grupos sociais impedindo as acções reivindicativas que pudessem lesar os interesses do Estado.

⁶ Esta estava sob o controlo da Presidência do Conselho de Ministros, cargo que Salazar viria a deter a partir de Julho de 1932.

⁷ Prática comum a partir do Golpe de 28 de Maio de 1926 que controlava a imprensa, ou seja o discurso político.

⁸ Criado em 1933 servia essencialmente para condicionar a opinião pública.

⁹ Fundada a 30 de Julho de 1930. Inicialmente era apenas uma organização cívica que pretendia cativar o apoio da opinião pública em relação ao regime. Mais tarde tornou-se uma organização

A estrutura do regime visava, de acordo com vários historiadores¹⁰, três objectivos essenciais:

- fundar uma nova ordem jurídico-política baseada na autoridade do Estado e na supremacia do poder executivo;
- definir um novo quadro nas relações com as colónias;
- institucionalizar uma nova organização económica e novas relações de trabalho.

Na opinião de César Oliveira¹¹, os anos de 1930 a 1934 não foram fáceis no percurso de construção e consolidação do Estado Novo: houve ainda que enfrentar a oposição das Forças Republicanas¹².

Apesar disso, o país já não constituía uma preocupação constante para Oliveira Salazar que pôde, assim, dedicar a sua atenção à política externa. No seio desta, a Espanha constituía a principal ameaça, desde a proclamação da II República em Abril de 1931.

A política externa de Salazar centrou-se, na opinião de Fernando Rosas¹³, em três eixos principais:

- 1 – defesa da independência nacional face ao “perigo espanhol”;
- 2 – defesa do património colonial (alvo da cobiça de outras nações europeias);
- 3 – defesa da sobrevivência do regime.

No período de 1931 a 1935, os problemas externos são essencialmente: a pressão da Sociedade das Nações relativamente à situação das colónias e o apoio ao projecto de rearmamento naval¹⁴.

A partir de 1935 dá-se uma alteração em termos internacionais “*devido principalmente ao rearmamento alemão e à expansão italiana e japonesa. A grande via do envolvimento nacional nesta nova subfase do sistema internacional é através do «problema espanhol»*”¹⁵.

política que apoiava o governo e que dependia dele em termos económicos e financeiros. Acabou por se tornar o partido único do regime.

¹⁰ *Portugal e o Estado Novo (1930-1960) – A Evolução Política*, coord. Fernando Rosas in “Nova História de Portugal” dirig. Joel Serrão e A. H. De Oliveira Marques, Vol. XII, Ed. Presença, Lisboa, p. 27.

¹¹ Oliveira, César, *Salazar e o seu Tempo*, Edições “O Jornal”, Lisboa, 1991, p. 54.

¹² Revolta da Madeira (Abril de 1931), tentativa de Revolução em 26 de Agosto do mesmo ano e outras movimentações menos importantes.

¹³ Rosas, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)* in “História de Portugal”, dirig. José Mattoso, Vol. VII, Círculo de Leitores, 1994, pp. 296-297.

¹⁴ É a Inglaterra que dá o grande apoio ao programa de rearmamento e também é este país que apoia Portugal nas pressões internacionais.

¹⁵ Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, p. 770.

Segundo Iva Delgado¹⁶, *“a política externa do Estado Novo inseriu-se na problemática da qual faziam parte a fidelidade à órbita inglesa e os sentimentos de adesão ideológica em relação às ditaduras fascista e nacional-socialista. De comum com estas, o sempre inflamável sentimento anti-comunista. De comum com a Inglaterra a vontade de manter o equilíbrio europeu”*.

3. Portugal e a II República Espanhola

A proclamação da II República Espanhola, a 14 de Abril de 1931¹⁷, coincidiu com um dos momentos críticos da Ditadura Portuguesa¹⁸ e a instauração de um regime republicano no país vizinho representava um perigo para Portugal não só pelas influências que poderia ter junto do Movimento Republicano Português, como também pelo facto de facilitar a conspiração entre os elementos que se encontravam exilados em Espanha e em França.

Na opinião de José Medeiros Ferreira¹⁹ o período entre 1931 e 1936 é marcado por um aumento da tensão entre os dois Estados dotados de regimes políticos diferentes, Ditadura em Portugal e República Parlamentar em Espanha.

*“Não terá sido a diferença de regimes o elemento determinante nessa deterioração das relações. Apontam-se, do lado Salazarista, como factores perturbadores, o ideário federativo ibérico dos republicanos espanhóis e os apoios que estes davam aos democratas portugueses”*²⁰.

*“A presença dos emigrados políticos junto às fronteiras foi uma constante, especialmente nos dois primeiros anos da República Espanhola. Espanha prestava a estes exilados serviços como: introdução de armas e de propaganda, organização de planos revolucionários, conexões fáceis com os elementos da insurreição interna”*²¹.

Da mesma forma que Espanha se tornou destino da oposição portuguesa, Portugal foi local de eleição para os políticos espanhóis que se opunham ao regime republicano. De acordo com o autor supra citado, após o pronunciamento fracassado a 10 de Agosto de 1932 e devido à mudança radical na República, muitos conservadores e reacçãoários passaram a fronteira encontrando em Portugal um acolhimento satisfatório.

¹⁶ Delgado, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Publicações Europa-América, s.d., p. 29.

¹⁷ Como resultado das eleições ascendeu ao governo uma coligação republicano-radical-socialista, liderada por Manuel Azaña.

¹⁸ Revoltas já mencionadas no capítulo anterior.

¹⁹ Ferreira, José Medeiros, *Um Século de Problemas – As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989, p. 46.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Torre Gómez, Hipólito de la, *A Relação peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1936)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998, p. 39.

O período conturbado das relações entre Portugal e Espanha que caracteriza os dois primeiros anos da II República espanhola terminaria em Novembro de 1933, quando a coligação centro-direita vence as eleições.

Para César Oliveira²², esta situação veio impedir o apoio dos sectores mais radicais do republicanismo espanhol aos democratas portugueses e inaugurar um novo curso no relacionamento luso-espanhol, marcado pela aproximação entre o Estado Novo e a coligação entre o Partido Radical de Lerroux e a CEDA de J. M. Robles.

4. Portugal e a Guerra Civil de Espanha

Com a vitória da Frente Popular²³, nas eleições de 16 de Fevereiro de 1936, acresceu a preocupação de Salazar quanto ao perigo espanhol – ameaça à independência nacional e, claro, ao seu regime.

De acordo com Filomena Abreu²⁴, o novo regime de Espanha, alicerçado maioritariamente nas correntes de esquerda, de forte pendor anti-clerical, democrático e socializante, representava séria ameaça aos desígnios da ditadura militar em Portugal.

Não podemos esquecer que *“os apoios dados aos exilados portugueses na luta contra o regime salazarista entre 1931 e 1933 foram reactivados após estas eleições. Destes apoios destacam-se uma estação de Rádio, a Rádio fantasma que era dinamizada por anarquistas exilados, a constituição de uma Agência de Notícias em Espanha, facilidades para a impressão e difusão do jornal UNIR, órgão da Frente Popular Portuguesa, que apesar de não ter tido êxito em Portugal, teve em Paris e em Espanha alguma dimensão e organização que lhe permitiram introduzir muita propaganda em Portugal”*²⁵.

Por outro lado, os republicanos espanhóis que se refugiavam em Portugal eram alvo de uma vigilância bastante apertada por parte do governo português. Como nos diz Oliveira Marques²⁶, *“as autoridades portuguesas devolviam para o outro lado da fronteira as centenas ou milhares de refugiados republicanos, mesmo sabendo que os entregavam a uma morte certa”*.

Quanto à preparação para a sublevação dos generais espanhóis, sabe-se que esta teve o apoio e a cumplicidade do governo português²⁷.

²² Oliveira, César, op. cit., p. 54.

²³ Coligação de partidos republicanos, socialistas e comunistas.

²⁴ Abreu, Filomena, *A Rádio Portuguesa e a Guerra Civil de Espanha*, in “Portugal e a Guerra Civil de Espanha”, coord. Fernando Rosas, Edições Colibri, Lisboa, 1998, p. 125.

²⁵ Vicente, António Pedro, *O Cerco à Embaixada da República Espanhola em Lisboa* in “Portugal e a Guerra Civil de Espanha”, coord. Fernando Rosas, Edições Colibri, Lisboa, 1998, p. 10.

²⁶ Oliveira Marques, A. H. De, *História de Portugal*, Vol. III, Palas Editores, Lisboa, 1986, p. 378.

²⁷ O General Sanjurjo, principal mentor da revolução, encontrava-se homiziado em Portugal, onde viria a falecer num acidente aéreo.

Segundo César Oliveira²⁸, Salazar empenhou-se pessoalmente no apoio às forças nacionalistas comandadas, a partir de Outubro de 1936, pelo General Francisco Franco.

O apoio prestado pelo regime português “traduzia-se no transporte de homens e no fornecimento de alimentação e armas. Eram ainda concedidas facilidades a outros países para, através de Portugal, fazerem chegar abastecimentos aos rebeldes”²⁹.

Destes apoios é de destacar o papel da Rádio Clube Português que, além de prestar um apoio político aos nacionalistas serviu também como um meio de comunicação e um transmissor de notícias. Nas suas emissões, esta rádio tentava convencer o povo espanhol dos benefícios do governo Franquista e levou a cabo algumas missões humanitárias (recolha de donativos), para os soldados rebeldes.

Salazar cortou as relações com o Governo de Madrid em 23 de Outubro de 1936 mas, só em Abril de 1938 é que reconheceu formalmente o governo de Burgos³⁰.

Durante a Guerra Civil de Espanha, Salazar orientou a sua actuação política de forma a conciliar a aliança com a Inglaterra³¹ “(...) instrumento que sabia fundamental para garantir o projecto colonial africano, numa Europa já dominada pelo expansionismo dos totalitarismos nascentes; e o apoio tão discreto quanto pródigo, aos nacionalistas espanhóis, apoio que considerava indispensável para assegurar a instauração, em Madrid, de um regime que não pusesse em causa a sobrevivência do Estado Novo”³².

As alterações que se verificaram ao nível da política interna portuguesa, como consequência da Guerra Civil de Espanha, foram essencialmente nas relações entre as forças governamentais e a população, tornando-se esta alvo de uma maior autoridade e repressão. “A organização da Mocidade Portuguesa³³ e da Legião Portuguesa³⁴ em 1936, o reforço da actuação das forças policiais, a propaganda dinamizada pelo SPN, a implantação das estruturas sindicais e a própria política

²⁸ Oliveira, César, op. cit., p. 55

²⁹ Vicente, António Pedro, op. cit., p. 12.

³⁰ Depois da Inglaterra o fazer.

³¹ A Inglaterra era um aliado importante por várias razões: era o principal fornecedor, cliente e transportador dos produtos portugueses; era o país com maior número de investimentos em Portugal e, além disso, assegurava as rotas de ligação com as colónias e tutelava os territórios que faziam fronteira com Angola e Moçambique.

³² Teixeira, Nuno Severiano, *A Política Externa Portuguesa* in “Portugal Contemporâneo”, coord. António Costa Pinto, Ediciones Sequitur, Madrid, 2000, p. 79.

³³ Instituída no dia 19 de Maio de 1936.

³⁴ Organização miliciana que existiu até ao 25 de Abril de 1974. Justifica-se a criação desta organização pelos factores externos e internos: a conjuntura europeia (ditadura alemã e italiana), a Guerra Civil Espanhola e o reconhecimento do perigo que representava para Portugal o triunfo da esquerda. Ao nível interno pretendia-se mobilizar a direita radical. Será das fileiras da Legião Portuguesa que irão sair “Os Viriatos”, que se irão juntar às Forças Franquistas.

*externa (apoio a Franco), foram as expressões do endurecer do regime e a aproximação do Estado Novo aos modelos fascistas*³⁵.

Após a vitória de Franco, Portugal reaproxima-se da Inglaterra na tentativa de se manter afastado dos dois blocos político-militares que preparavam um confronto e, também para garantir o apoio deste país na defesa do império colonial.

O fim da guerra civil abriu uma nova fase no relacionamento dos governos peninsulares, uma fase de solidariedade que se traduziu pela assinatura do Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Não-Agressão, comumente denominado Pacto Peninsular ou Pacto Ibérico.

5. O Pacto Peninsular ou Pacto Ibérico

O Tratado de Amizade e Não-Agressão celebrado entre Portugal e Espanha foi negociado com o apoio da nação inglesa que o considerava uma forma de travar a vontade expansionista da Itália e da Alemanha.

“Este Tratado é, no essencial, um instrumento diplomático que reconhece as fronteiras entre os dois estados ibéricos, afirma a amizade recíproca luso-espanhola e prevê consultas mútuas por formas diversas(...)”.³⁶

Através dele, Salazar *“procurava igualmente salvaguardar os interesses estratégicos britânicos, para quem a neutralidade da Península Ibérica era fundamental face ao previsível conflito europeu”*³⁷.

6. Conclusão

Desta pequena abordagem à política salazarista, no período da Guerra Civil de Espanha, podemos concluir que Salazar foi um dos grandes apoios do regime franquista, tendo ainda antes da revolução mantido contactos com os rebeldes.³⁸

Apesar deste apoio prestado por Salazar e pelo seu Governo, este *“nunca transpôs qualquer rubicão que o separasse irremediavelmente da política inglesa para a Península: Portugal acabou por participar da Comissão de Não-Intervenção, acabou por aceitar a fiscalização internacional das suas fronteiras com Espanha e não se precipitou no reconhecimento formal do regime de Burgos”*.³⁹

³⁵ Portugal e o Estado Novo (1930-1960) – A Evolução Política, coord. Fernando Rosas in “Nova História de Portugal” dirig. Joel Serrão e A. H. De Oliveira Marques, Vol. XII, Ed. Presença, Lisboa, p. 79.

³⁶ Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de, *op. cit.*, p. 978.

³⁷ Abreu, Filomena, *op. cit.*, p. 131.

³⁸ Como refere Filomena Abreu, na obra já citada, as acções preparatórias para a revolta militar tiveram lugar, em grande parte, no território português.

³⁹ Ferreira, José Medeiros, *op. cit.*, p. 48.

Bibliografia

- DELGADO, Iva. 1980. *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- FERREIRA, José Medeiros. 1989. *Um Século de Problemas – As Relações Luso-Espanholas: da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa: Edições Horizonte.
- MATTOSO, José. (Dir), 1994. *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa: Círculo de Leitores.
- OLIVEIRA, César. 1991. *Salazar e o seu Tempo*, Lisboa: Edições “o Jornal”.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. De. 1986. *História de Portugal*, vol. III, Lisboa: Palas Editores.
- PINTO, António Costa. (Coord.), 2000. *Portugal Contemporâneo*, Madrid: Ediciones Sequitur.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de. 1996. *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova: Bertrand Editora.
- ROSAS, Fernando. (Coord.), 1998. *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa: Edições Colibri.
- SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H. De. (Dir), *Nova História de Portugal*, vol. XII, Lisboa: Edições Presença.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la. 1998. *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1936)*, Lisboa: Edições Cosmos.